

BEM-VIVER É TECNOLOGIA ANCESTRAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL AGROECOLÓGICO

BEM VIVER IS AN ANCESTRAL TECHNOLOGY FOR AGROECOLOGICAL RURAL DEVELOPMENT

Edilene Lisboa Martins¹

Maria José De Souza Barbosa²

Júlio César Suzuki³

Antônio Jorge Paraense da Paixão⁴

Área Temática 1: Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmica Territoriais e Conhecimentos
Tradicionais
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

Este trabalho visa refletir os conceitos de desenvolvimento e seus desdobramentos, apresentando – de forma breve – as aproximações do conceito indígena de bem-viver com a agroecologia, como via insurgente da lógica de desenvolvimento dominante. Assim, mostra-se os efeitos desastrosos do tipo de desenvolvimento dependente do exterior, com vista à acumulação do capital e ausência de compromisso com a alta taxa de degradação ambiental, de exploração humana e de extermínio da diversidade sociocultural a partir dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Com os resultados desta experiência, o desenvolvimento passou a receber designações na tentativa de adequar-se à sustentabilidade. Para tanto, a agroecologia chega como via de acesso plural de diálogo com a base comunitária, não apenas para formação técnica, mas agregando as vias políticas, econômicas (não exploratórias), sociais e culturais. Seus pressupostos filosóficos possuem estreita aproximação com as cosmopercepções ancestrais do bem viver.

Palavras-Chave: ancestralidade; territórios; ruralidade; cosmopercepção; tecnologia social.

Abstract

This paper aims to reflect on the concepts of development and their developments, briefly presenting the similarities between the indigenous concept of good living and agroecology, as an insurgent path to the dominant development logic. Thus, it presents the disastrous effects of the type of development dependent on the outside, with a view to capital accumulation and a lack of commitment to the high rate of environmental degradation, human exploitation and the extermination of sociocultural diversity based on the technological packages of the Green Revolution. Following the results of this experience, development began to receive designations in an attempt to adapt to sustainability. To this end, agroecology arrives as a plural access route for dialogue with the community base, not only for technical training, but also by aggregating political, economic (non-exploitative), social and cultural paths. Its philosophical assumptions are closely related to the cosmoperceptions of good living.

¹ IFPA-Castanhal. edilene.martins@ifpa.edu.br

² IFPA-Castanhal. mjsb.ufpa@gmail.com

³ IFPA-Castanhal e USP. jcsuzuki@usp.br

⁴ IFPA-Castanhal e UEPA. paraense@ifpa.edu.br

Key words: ancestry; rural territories; rurality; cosmoperception.

1. Introdução

Este artigo apresenta o termo ‘desenvolvimento’ para contextualizar, de modo abrangente, as noções históricas de sua construção e posteriores desdobramentos em desenvolvimento rural e desenvolvimento rural sustentável, que recebem influência direta do modo de vida dos grandes centros do capital internacional, apresentando a insurgência materialista do conceito de bem-viver como realidades ancestrais da América Latina.

Para tanto, parte-se da seguinte questão norteadora: quais os limites e potencialidades do conceito de desenvolvimento? É possível o diálogo entre bem-viver e desenvolvimento rural agroecológico? Quais os pressupostos do bem-viver? Importa detectar que esta abordagem não tem a pretensão de exaurir a temática, mas refletir sobre os conceitos de desenvolvimento e seus desdobramentos em desenvolvimento rural, em desenvolvimento rural sustentável e agroecologia, apresentando as aproximações do bem-viver com a agroecologia como via insurgente da lógica de desenvolvimento dominante.

Portanto, adota-se o posicionamento de pesquisadoras e pesquisadores do Sul Global, notadamente, da América Latina. Assim, toma-se como base de diálogos autores que contestaram a colonialidade, a modernidade e o racismo, ainda presentes nas relações internacionais de países - atualmente - ricos às custas do sucateamento e exploração das populações de países do sul global.

2. Contextualizando a Ideia de Desenvolvimento

A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema.
(Eduardo Galeano)

Desde o Pós II Guerra-Mundial, o conceito de desenvolvimento atrelou-se à ideia de melhoria e de progresso social relacionados às questões de inovação, tecnologia, economia e, posteriormente, cultura e ambiente (Esteva, 2000; Ivo, 2012; Vidal, 2021). Ao longo da história do sistema capitalista moderno, desenvolver foi a metáfora biológica utilizada para relacionar

os avanços tecnológicos e industriais, com geração de lucros sem precedentes e ausência de compromisso com a alta taxa de degradação ambiental, de exploração humana e de apagamento da diversidade sociocultural (Escobar, 2014).

Sobre estes aspectos, Acosta (2021, p. 13) afirma que o desenvolvimento nunca existiu, tendo em vista que “[...] neste processo não só foram atropelados os direitos de comunidades e territórios, mas foram minimizadas, ou até mesmo destruídas visões e subjetividades que poderiam ter constituído bases para outros paradigmas e outras evoluções”.

Assim, é possível perceber que o autor traz a noção de necropolítica (Mbembe, 2018) e de epistemicídio (Carneiro, 2011; Santos, 2011; 2007), como produtos do tipo de desenvolvimento dependente do exterior e predatório. Acosta (2021, p. 13) apoia-se no ativista ambiental Nnimmo Bassey para frisar que a extrema ânsia pelo desenvolvimento tem favorecido “[...] a ‘brutalidade’, já que justifica ‘o colonialismo, o neocolonialismo e o neoliberalismo’”.

Esses três conceitos foram associados ao de desenvolvimento a partir da matriz eurocêntrica de dominação do poder e saber, formando cientistas econômicos que visam estabelecer o desenvolvimento dependente dos grandes centros globais. Comportamento que perdura desde a relação colônia-metrópole, ainda que o Brasil tenha alcançado a sua independência.

Neste sentido, Eduardo Galeano (2012, p. 16) destaca que “[...] a história do subdesenvolvimento da América Latina integra [...] a história do desenvolvimento do capitalismo mundial [...]”, já que a “Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia [...]”. Em outras palavras, os países desenvolvidos só o são em virtude da histórica e permanente exploração de países ricos em natureza.

Rigotto (2008, p. 43), em sua obra “Desenvolvimento, Ambiente e Saúde”, informa que: “As origens da noção de desenvolvimento remontam há seis séculos na história do Ocidente, herdeira que é, junto com a modernidade, do Renascimento, [...]; da revolução científica [...] e do Iluminismo [...]”. Assim, a ideia de desenvolvimento está baseada na racionalidade de seus mecanismos econômicos e do determinismo humano sobre o processo de evolução, enquanto sinônimo de progresso e crescimento, com forte objetificação e domínio da natureza.

Mas, foi somente no Pós-II Guerra Mundial – a partir do discurso de posse do Presidente dos EUA, Harry Truman, em 1949, de apoio industrial às áreas subdesenvolvidas - que as

nações iniciaram a corrida desenvolvimentista, uma verdadeira cruzada pelo desenvolvimento (Acosta, 2021; Esteva, 2000; Gómez, 2011).

No âmbito da América Latina, ao passo que os EUA se consolidavam como potência mundial, “[...] o cenário político internacional contava com o desmantelamento da ordem colonial [...] o mesmo ocorre na Ásia e África.” (Vidal, 2021, p. 116).

A Comissão Econômica para a América Latina-CEPAL, já desenvolvia as suas análises e posicionamentos quanto à articulação centro-periferia na organização mundial dos países. É oportuno destacar que a CEPAL foi de extrema importância para o estruturalismo de teorias latino-americanas do desenvolvimento.

No entanto, Acosta (2021) aponta que a ilusão do desenvolvimento, desde a doutrina Truman - construída a partir de seu discurso de posse, em 1949 -, durou pouco. Os problemas do subdesenvolvimento não se resolviam, pois, grosso modo, não houve a regularização da reforma agrária, da estrutura da produção que continua dependente, da industrialização via substituição de importações, prevalecendo o extrativismo para exportação e a integração.

Vidal (2021), assim como Navarro (2001), reforça a afirmativa de Acosta, pontuando que, na década de 1970, percebeu-se que os países da América Latina não alcançaram a condição de desenvolvidos, fato este que demonstra que o subdesenvolvimento não é um gradiente inferior ao desenvolvimento.

Neste cenário, processos insurgentes contra a lógica capitalista dominante emergiram do sul global. Em paralelo, houve a construção binominal do termo desenvolvimento como alternativas diferenciadas de progresso. Assim,

Os sobrenomes multiplicaram-se à medida que as complicações emergiram: “desenvolvimento” econômico, social, local, global, rural, sustentável, étnico, em escala humana, endógeno, com equidade de gênero, transformador, inclusivo [...] (Acosta, 2021, p. 14)

Fica evidente que o desenvolvimento tem caráter multidimensional e, por isso, polissêmico, portanto, nas palavras de Schneider (2004, p. 101), há um “[...] anacronismo da ideia de que o desenvolvimento se restringe ao crescimento econômico e que, portanto, regiões desenvolvidas podem não ser aquelas que fazem uso eficiente dos fatores de produção.” Bem como, as regiões subdesenvolvidas podem ser as que são ricas em recursos, mas de baixo poder econômico. Fato este verificável com o marco da Revolução Verde, que injetou a

industrialização em territórios rurais no Brasil, no entanto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não sofreu alterações significativas, já que os problemas do subdesenvolvimento não se resolveram.

Alternativas ao tipo de desenvolvimento (agrícola, rural, urbano ou sustentável, por exemplo) passaram a ter caráter de busca de adequação teórico-metodológicas para não mais cair na miragem do avanço tecnológico como salvador dos problemas sociais. Por isso, neste trabalho, interessa o campo de desenvolvimento rural no contexto brasileiro em que, até o início do século 21, recebeu inconspícua construção de debates, seja acadêmica ou política (Navarro, 2001).

A supressão de uma tradição de debates, antes do período de modernização da agricultura (Navarro, 2011; Veiga, 2002; Wanderley, 2000), trouxe como consequência o aumento do número de expressões utilizadas com certo descuido sobre o entendimento de desenvolvimento rural. A amplitude do conceito podia abranger, ora referindo-se como desenvolvimento agrícola em virtude da “[...] área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos” (Navarro, 2011, p. 86), ora como desenvolvimento agrário, sendo que este não dialoga com a estrutura agrícola, mas diz respeito à vida sócio-rural, especificamente às instituições, políticas do período, disputas entre classes, condições de acesso e uso da terra, relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais, nos mercados, entre outros. Portanto, importa conhecer as diferenças entre o desenvolvimento rural e o desenvolvimento rural sustentável para emergir as reflexões acerca das realidades dos territórios rurais, elencando estratégias ancestrais de fundamental importância para deixar viver os povos da floresta, das águas e da terra.

3. Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável: a necessidade da transição agroecológica

A agroecologia não promove receitas técnicas, mas princípios; portanto, não é uma agricultura de insumos, mas de processos
(Rosset e Altieri)

O desenvolvimento rural não é apenas um subtema desmembrado. Seu conceito abrange momentos históricos e significados variados de acordo com a área de conhecimento da ecologia,

da geografia, do direito, da economia, da sociologia e das agrárias, por exemplo (Céspedes, Solís, 2020). Em outras palavras, não existe um conceito monoteísta sobre o termo, sendo o mais adequado intercruzar estas facetas para compreender a sua totalidade plural.

É consenso aceitar que sua base vem a partir das análises do desenvolvimento agrário, que

nos anos 70, necessariamente incluiria a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo finalístico, a elevação da renda dos produtores. (Navarro, 2011, p. 88)

Esta dinâmica foi chamada de Revolução Verde, caracterizada pela adoção de pacotes tecnológicos, intensa industrialização da agricultura e foco na urbanização rural, ao passo que seus procedimentos e mecanismos foram fundantes na linearidade capitalista (Suzuki, 2023; 1996) como sinônimo de modernização. Com o tempo, suas drásticas consequências foram inevitáveis, a citar as doenças decorrentes da manipulação de agrotóxicos e a insegurança alimentar (Campagnolla, Macêdo, 2022), além da descaracterização sobre o modo de vida das populações tradicionais, cujas pautas ainda não foram superadas (Suzuki, 2023, 2013).

Não obstante, diante da crise na agricultura brasileira em virtude do modelo agro-industrial ocorreu o processo de transição dos sistemas produtivos e agrícolas (Pacífico e Soglio, 2010) para perceber a natureza como simbiote à humanidade ao invés de objetificá-la como recurso estritamente monetário a ser explorado pelo e para o capital (Diegues, 2008; Suzuki, 2013). Portanto, a transição requer uma mudança de pensamento diante ao uso das técnicas, tecnologias e epistemes rurais (Campagnolla, Macêdo, 2022).

Aquino e Schneider (2015) destacam que o processo de desenvolvimento rural demarcou a herança colonial na estrutura agrária, garantindo a prevalência das desigualdades socioespaciais e da modernização que marginalizou a agricultura familiar e privilegiou os grandes e médios produtores exportadores. Apesar da criação de políticas públicas socioeconômicas tais autores, juntamente com Zukowski (2015), relatam que elas eram pensadas em termos de oportunidade de financiamento e de seguro social, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Proagro e Proagro Mais, que foram de extrema importância.

No entanto, para Aquino e Schneider (2015), o processo de financiamento permaneceu sendo um desenvolvimento excludente devido à incapacidade de uma mudança efetiva “[...] nas

características do padrão de desenvolvimento agrícola que vigora no meio rural brasileiro” (2015, p. 70), enquanto que o seguro agrícola, afirma Zukowski (2015, p. 95), contribui para o desenvolvimento rural “[...] promovendo estabilidade econômica dos agricultores, alavancagem do crédito, emprego no campo, indução do uso de tecnologia e estímulo à produção agrícola”, notadamente para a agricultura familiar.

Para o Engenheiro Agrônomo e Doutor em Sociologia, Zander Navarro, entende-se que desenvolver o território rural é provocar alterações, pois “[...] trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural.” (Navarro, 2011, p. 88).

Esse autor afirma que a definição do binômio desenvolvimento rural, tem variado ao longo do tempo, destacando principalmente a melhoria do bem-estar das populações rurais com o objetivo final desse desenvolvimento, com a adoção de indicadores de ampla aceitação.

No entanto, tais mudanças alteraram drasticamente o modo de vida das comunidades rurais devido ao intenso processo de transformação industrial, notadamente “[...] pela progressiva modernização do processo de produção na agricultura, uma maior integração deste setor aos mercados, inclusive e sobretudo os mercados não locais.” (Wanderley, 2013, p. 93).

O sociólogo Schneider (2004) coloca que o conceito de desenvolvimento rural na lógica exterior passou a contar com quatro princípios, quais sejam: a erradicação da pobreza rural; o protagonismo de sujeitas e sujeitos rurais - contando com sua participação política -; o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental. Na sequência, Navarro (2011) aponta que quase no final do século 20, meados da década de 1980, surge o conceito de desenvolvimento rural sustentável, “[...]a partir da crescente difusão da expressão mais geral, ‘desenvolvimento sustentável’ (apoiada em crescente e copiosa literatura)” (Navarro, 2011, p. 89). O conceito de desenvolvimento rural sustentável traz o

[...] sentido politicamente mais consequente do que a anterior (desenvolvimento rural), incorporando noções, por exemplo, de equidade social ou, mais ambiciosamente, atribuindo alguma suposta relação entre formas de organização social das famílias rurais mais pobres, fruto de “conscientização”, e desenvolvimento rural sustentável, o foco central, neste caso, é bastante claro e mais limitado (idem).

Assim, a adição do componente ‘sustentável’ agrega importância ambiental ao conceito de desenvolvimento rural, abandonando a pureza técnica na produção agrícola (Altieri, 2004). Com a notória preocupação em preservar e conservar o meio ambiente para as futuras gerações, a ideia de sustentabilidade - apesar de contraditória -, emerge a partir das tomadas de decisões

diante aos impactos ambientais gerados pelo padrão civilizatório de desenvolvimento (Navarro, 2011). Este novo paradigma busca manter a biodiversidade, reaproximando a humanidade ao sentido da natureza, mas não apenas isso. O desenvolvimento rural sustentável passa a englobar a tríade mútua de ser economicamente viável, socialmente justo e de manter a biodiversidade para as próximas gerações.

Para tanto, faz-se necessário uma mudança no padrão da agricultura convencional, que possa abraçar as diversas dimensões (sociais, culturais, políticas e econômicas) de forma integrativa.

Neste sentido, a agroecologia ganha espaço como forma de garantir a sustentabilidade não somente econômica, mas também social, filosófica e cultural. Portanto, emerge a transição agroecológica que possa considerar, não somente a segurança alimentar, mas que mantenha a soberania do povo a partir de seu alimento como formas de desenvolvimento (Altieri, 2004; Rosset e Altieri, 2022).

4. Agroecologia e Bem Viver: aproximações para o desenvolvimento ancestral

*O projeto de superação
do desenvolvimento
exige a transição
do antropocentrismo
destrutivo para o
sócio-biocentrismo
emancipatório
(Acosta)*

Novas formas de produção alimentar e, portanto, de desenvolvimento rural, foram levantadas após a Revolução Verde em virtude da crise generalizada nos países em desenvolvimento, aumentando as desigualdades sociais e provocando o desequilíbrio ambiental sem precedentes (Altieri, 2004).

Neste contexto, a agroecologia tomou lugar de destaque como formas de produção e organização rural, tendo em vista a atribuição de suas práticas multidisciplinares, envolvendo não somente técnicas agrônômicas, mas também os valores políticos, sociais, culturais, epistemológicos e científicos.

Quando Altieri (2004) aponta para a transição agroecológica da produção agrícola convencional, ele destaca que o foco é a substituição de insumos de altos valores e prejudiciais ao ambiente - com uso de tecnologias intensivas - por tecnologias acessíveis com redução da

dependência externa. Seu diferencial está no envolvimento dos setores culturais e sociais, embasado na ecologia humana. Por isso, as técnicas elencadas neste setor articulam-se em uma encruzilhada de saberes ao pensar no equilíbrio ecológico como modo de se relacionar com o planeta, seja de maneira local ou global.

A agroecologia empodera metodologicamente a comunidade rural para que possa impulsionar seus objetivos e atividades nos projetos de desenvolvimento. Para tanto, é necessário a reelaboração ou mesmo a retomada ancestral da percepção de mundo, ou seja, o uso de uma base epistemológica e/ou cosmológica.

Assim, uma das diferenças fundamentais da agroecologia para a agricultura moderna da Revolução Verde está em sua base social, em que esta foi centralizada nos grandes produtores, detentores de recursos econômicos, enquanto que aquela parte do incentivo aos pequenos agricultores, aproveitando os recursos já disponíveis e suas cosmocepções.

Entre as tais percepções destaca-se o conceito de bem viver como princípio de sustentabilidade e uma via para o desenvolvimento dos países a partir da noção de riqueza irrestrita ao capital econômico (Acosta, 2016, 2009; Lander, 2009). Edgard Lander (2009) aborda que a crise civilizatória foi resultado do modelo industrial predatório de exploração da natureza, utilizando o conceito de riqueza como sinônimo de acumulação de bens materiais. Tal posicionamento coaduna com a transição agroecológica, já que esta não parte da técnica isolada, mas integra princípios dialógicos entre si.

Acosta (2016, 2009) revela que o conceito de bem viver é originário das etnias indígenas Kíchwa, do Equador – que nesta língua se chama ‘sumak kawsay’ –, e da etnia Aymara, da Bolívia – traduzido como ‘suma qamaña’. Portanto, o nome bem viver vem da cosmocepção indígena andina e amazônica ocidental. Porém, está pulverizado nas demais etnias. Assim, é possível encontrar no Brasil por meio dos povos indígenas guaranis, com a expressão ‘nhandereko’, além de outros povos originários como os mapuches do Chile, os kunas do Panamá, os shuar e os achuar da Amazônia equatoriana, e nas tradições maias da Guatemala e de Chiapas, no México.

Para além das populações originárias de Abya Yala (nome indígena para as Américas utilizado por autores decoloniais), o bem viver está presente em culturas biocêntricas em que a natureza é percebida como sujeito de direitos. Portanto, é possível encontrar o bem viver na filosofia ubuntu, dos povos bantus (africanos), ou em povos da Índia, pois seu conceito “Está

no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais e na minga ou mika andina. Está presente na roda de samba, na roda de capoeira, no jongo, nas cirandas e no candomblé” (Turino, 2009, p. 14).

Todas estas matrizes - tanto africanas quanto indígenas - possuem como lógica central a simbiose humana com a natureza e, por isso, destruir a terra mãe é aniquilar a si mesmo. Há milhares de anos as citadas populações aprenderam a resistir com seus corpos, ciência e costumes, teimando em não tombar. Para elas, não há um plano de contingência, pois o amanhã é o agora (Krenak, 2020).

Propor o desenvolvimento nestes termos exige a dissolução do conceito tradicional de progresso e engajamento político de permanente questionamento ao poder (Acosta, 2021). E é neste sentido que a agroecologia se aproxima do conceito andino de bem viver, pois as suas raízes estão aportadas nas cosmopercepções indígenas remanescentes e insurgentes do processo de colonização nos países em desenvolvimento (Altieri, 2004; Rosset e Altieri, 2022). Assim, pode-se frisar que

A agroecologia combina sistemas indígenas de conhecimento sobre solos e plantas (entre outros) com disciplinas das ciências ecológica e agrícola modernas. Ao promover um diálogo entre saberes e integrar elementos da ciência e da etnociência modernas, surge uma série de princípios que, quando aplicados em uma região específica, assumem diferentes formas tecnológicas, dependendo do contexto socioeconômico, cultural e ambiental (Rosset e Altieri, 2022, p. 2).

Então, é coerente afirmar que a agroecologia tem base epistêmica, política, econômica e cultural aportada no bem viver para que os anseios e protagonismos sociais resultem em menor impacto (Acosta, 2009; Altieri, 2004). Portanto, a crise na agricultura, em virtude de sua característica multifacetada, caminhará para a superação à medida que toma luz da emancipação social efetiva ao transicionar a lógica de desenvolvimento da colonialidade do saber-poder e eurocentrismo ao ruralizar as cidades baseando-se no sócio-biocentrismo das cosmopercepções ancestrais afro-indígenas (Acosta, 2016).

5. Breves Considerações

É oportuno dizer que o bem viver e o desenvolvimento rural vão continuar caminhando em sentidos opostos se a noção de desenvolvimento estiver atrelada ao acúmulo de capital com

aumento das desigualdades e opressões sociais. Portanto, encontrar estes dois conceitos no mesmo enunciado seria contraditório.

Para este trabalho considerou-se a crítica ao modo de desenvolvimento historicamente predatório, especialmente ao que compete aos territórios rurais. Neste caso, a agroecologia emerge como via identitária de notável aproximação com os princípios do bem viver.

Assim, a agroecologia e o bem viver caminham em um mesmo objetivo emergencial apoiadas em tecnologias ancestrais, para prevalecer a lógica de interação humana com a biosfera, em que é preciso superar os modos capitalistas de ser e lidar com os territórios rurais.

6. Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACOSTA, Alberto. Prólogo. In: MEDINA, Tahina Ojeda. VILLAMAR, María del Carmen Villarreal. (Orgs.) **Pensamento Crítico Latino-Americano Sobre Desenvolvimento**. CLACSO, 2021. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/j.ctv2v88dd9>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv2v88dd9> Acesso em: 20 de abr. de 2025. p. 13-26.

ACOSTA, Alberto. Siempre Más Democracia, Nunca Menos: a manera de prólogo. In: ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (Orgs.). **El Buen Vivir**: una vía para el desarrollo. Quito: Abya-yala, 2009. p. 19-30.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª edição, Porto Alegre: UFRGS, 2004.

AQUINO, Joacir Rufino de. SCHNEIDER, Sérgio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia. SCHNEIDER, Sérgio (Orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

CAMPAGNOLLA, Clayton. MACÊDO, Manoel Moacir Costa. Revolução Verde: passado e desafios atuais. **Revista Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, vol. 39, n. 1, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. 190p.

CÉSPEDES, Carlos Alberto Bolaños. SOLÍS, María Fernanda Corrales. **Revista REDPensando en la Investigación**, vol. 9, nº 2, 2020. Disponível: https://www.academia.edu/73232943/Evoluci%C3%B3n_del_concepto_de_desarrollo_rural_en_la_pol%C3%ADtica_p%C3%BAblica_internacional_y_nacional Acesso em 29 de abr. de 2025.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6ª edição, São Paulo: Hucitec, 2008.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del desarrollo**. Traductora Diana Ochoa. 2ª. Edición -- Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2012. 391 p. ISBN 9788525420695

GÓMEZ, J. R. M. Crítica ao Conceito de Desenvolvimento. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, 3(1). 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/798> Acesso em: 21 de abr. de 2025.

IVO, Anete Brito Leal. O Paradigma do Desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Revista Caderno CRH**, Salvador, vol. 25, nº 65, p. 187-210, 2012.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LANDER, Edgardo. Hacia Otra Noción de Riqueza. In: ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (Orgs.). **El Buen Vivir**: una vía para el desarrollo. Quito: Abya-yala, 2009. p. 31-38.

MBEMBE, Achille. **A Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018. 320p

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, vol. 15, nº43, 2001.

PACÍFICO, Daniela Aparecida. SOGLIO, Fábio Kessler Dal. **Revista Brasileira de Agroecologia**. 5(2): 50-64, 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

ROSSET, Peter M. ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia**: Ciência e política. São Paulo: Unesp, Editora Expressão Popular, Editora da UFRGS, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa _____. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Novos Estudos - CEBRAP**, nº 79, São Paulo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um Novo Senso Comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 8ª edição, São Paulo: Cortez, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e Suas Articulações Externas. **Revista Sociologias**, ano 6, nº 11, 2004, p. 88-125.

SUZUKI, Júlio César. Em Busca da Integração Latino-Americana: reflexão sobre rural, urbano, litoral, sertão, modo de vida e populações tradicionais. **Revista USP**, São Paulo, nº 136, 2023, p. 53-70.

SUZUKI, Júlio César_____. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Espaço & Geografia**, v. 16, n. 2, 2013, p. 627-40.

SUZUKI, Julio Cesar. **De povoado a cidade**: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. doi:10.11606/D.8.1997.tde-19092023-162943. Acesso em: 2025-06-28. _____. De povoado a cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH/USP, 1996.

TURINO, Célio. Prefácio à Edição Brasileira. In: ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. p. 13-18.

VIDAL, Gregório. América Latina: economia e desenvolvimento. In: MEDINA, Tahina Ojeda. VILLAMAR, María del Carmen Villarreal. (Orgs.) **Pensamento Crítico Latino-Americano Sobre Desenvolvimento**. CLACSO, 2021. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/j.ctv2v88dd9>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv2v88dd9> Acesso em: 20 de abr. de 2025. p. 13-26.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178> Acesso em: 25 de abr. de 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 15, 2000. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm> Acesso em 20 de abr. de 2025.

ZUKOWSKI, José Carlos. Seguro Agrícola e Desenvolvimento Rural – contribuições e desafios do SEAF. In: GRISA, Catia. SCHNEIDER, Sérgio (Orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.